

Como culpar os trabalhadores por suas próprias mortes: uma análise das políticas públicas para os acidentes de trabalho durante a ditadura militar.

How to blame the workers for your own deaths: an analysis on the public policies for accidents at work during the military dictatorship.

Clarice Gontarski Speranza*

Resenha do livro: SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Jundiaí: Paco, 2019.

Palavras-chave: acidentes de trabalho, ditadura, Estado.

Keywords: accidents at work, dictatorship, State.

O BRASIL HOJE OCUPA O QUARTO LUGAR NO ranking em número de acidentes de trabalho no mundo, com cerca de 700 mil casos ao ano (6,2 mil mortes entre 2014 e 2018). Embora esse quadro já seja em si indecente, a situação durante a ditadura militar era extremamente mais grave. Em 1975, quando a população brasileira era significativamente menor do que a atual, foram registrados nada menos do que 1,92 milhão de ocorrências, o que valeu ao país o título de campeão mundial de acidentes de trabalho. É sobre esse tema, tão urgente e tão invisibilizado em nosso país, que a pesquisa de Ana Beatriz Ribeiro Barros e Silva se debruça, num levantamento decididamente exaustivo sobre o problema.

A importância da obra é mostrar, a partir de uma visão institucional que privilegia a análise das políticas públicas dos governos militares e dos dados de saúde pública, a extrema precariedade a que foram submetidos os trabalhadores brasileiros durante o período autoritário, e em especial, no curto intervalo do “Milagre Econômico”. Esse momento de crescimento intenso do PIB e de concentração da riqueza é ainda hoje um grande alibi para os defensores

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). E-mail: clarice.speranza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9795-7823>.

extemporâneos da ditadura, que costumam omitir a enorme desigualdade social dele advinda. A pesquisa de Ana Beatriz lança luz sobre outro aspecto desse triste momento da história nacional – o morticínio dos operários gerado pela intensificação do trabalho e o desprezo pela responsabilização empresarial.

Manejando uma quantidade impressionante de dados de variadas fontes documentais, a autora busca demonstrar como as políticas impostas durante o período ditatorial não apenas foram responsáveis pelo incremento quantitativo dos acidentes como promoveram um favorecimento do capital em detrimento do trabalho, mesmo ao implantar medidas de cunho assistencialista que aparentemente tinham como mote uma preocupação com o bem-estar dos trabalhadores. O livro é fruto da tese de doutoramento de Ana Beatriz, defendida em 2016 na Universidade Federal de Pernambuco, com orientação de Christine Dabat (que assina a apresentação, enquanto o prefácio cabe a Marcelo Badaró Mattos).

O lançamento chega em boa hora, pois o tema é decididamente pouco enfrentado pelos historiadores do trabalho, embora sua relevância. É, porém, tema árduo, porque pressupõe um olhar interdisciplinar que envolva campos tão diversos como a Medicina do Trabalho, o Direito, as teorias gerenciais, entre outros. Essa é, de fato, uma tarefa a qual o livro enfrenta com determinação, buscando analisar historicamente todos esses campos e a forma como constituíram as percepções e políticas governamentais durante a ditadura.

A autora inicia o livro apresentando a ideia que conformará a análise e a interpretação dos dados em todo o volume: a qualificação dos acidentes de trabalho como “a culminância do processo de exploração capitalista”. Ela o faz a partir de uma leitura que resgata não apenas a transformação, gerada pela Revolução Industrial, do caráter dos acidentes e doenças geradas pelo trabalho humano, mas especialmente pela leitura de Engels e suas descrições já clássicas das péssimas condições das fábricas britânicas no início do século XIX. Além disso, Ana Beatriz apresenta um histórico da constituição dos acidentes laborais como campo de estudos, e também a situação previdenciária e legal relacionada ao problema no Brasil antes de 1964, incluindo o pioneiro Decreto-Lei n.º 3.754, de 1919, bem como as modificações decorrentes das demais legislações, como as leis de 1934 e de 1944.

É só no segundo capítulo que a questão é localizada no contexto do pós-1964. O repúdio ao conceito de “ditadura civil-militar”, criticado por induzir a uma ideia de cumplicidade da sociedade civil com o golpe, na visão da autora, e a adoção da perspectiva de uma “ditadura empresarial-militar” evidencia mais uma vez o esforço de Ana Beatriz em fincar fortes raízes numa leitura classista do problema e do período. A obra examina então a intensificação do trabalho ocorrida durante os governos militares e faz um levantamento minucioso das novas legislações que passaram a regular a Previdência Social e os acidentes no final da década de 1960. O ponto forte desse capítulo é o exame dos índices de acidentes de trabalho durante a ditadura, que fizeram com que o país fosse considerado recordista mundial nesse aspecto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Debruçando-se em anuários, estatísticas e boletins do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a obra radiografa o problema por meio de tabelas que revelam os setores onde mais ocorriam acidentes (a indústria era a campeã), os dias perdidos, a gravidade e outros aspectos.

O capítulo 3 é um dos pontos centrais do livro, porque é nele que a autora observa o desenvolvimento, durante a ditadura, do paradigma de culpabilização do trabalhador acidentado

pelo seu próprio infortúnio. Adotada largamente no Brasil, a noção de “ato inseguro” – um ato do trabalhador que saíria fora das normas ou do previsto pelas rotinas produtivas – não apenas debita ao operário a culpa pelo acidente como também justifica a adoção de hierarquias e rotinas rígidas e intensificação da vigilância e disciplina. A ideia do “ato inseguro” ou “concepção monocausal” conforma as políticas governamentais da década de 1970, em especial a atuação da Fundacentro, fundação responsável pelo setor de segurança e higiene do trabalho e protagonista de um aparato que incluía um grande número de profissionais, cursos e campanhas publicitárias.

Toda essa estrutura foi montada baseando-se na ideia de que se alcançaria a diminuição dos índices de acidentes de trabalho quase exclusivamente através da prevenção. O prevencionismo era alicerçado na promoção da “conscientização” e disciplinarização dos trabalhadores, desconsiderando as péssimas condições de trabalho a que eles eram submetidos, a tal ponto de o presidente Ernesto Geisel afirmar publicamente à época serem os operários “agentes” e “pacientes” dos próprios acidentes.

Do prevencionismo, a autora passa a examinar a reabilitação profissional e demonstra como a ênfase nessa política também vinha em prejuízo dos trabalhadores, dado que dificultava a aposentadoria de quem havia ficado com sequelas dos acidentes, sem conseguir garantir o seu retorno ao emprego original. A reabilitação preocupava-se com a utilização do corpo do operário para a produção, porém não com a reinserção do trabalhador parcialmente incapacitado. Novamente, o foco é amplo, abrangendo uma análise que remonta desde o surgimento da reabilitação profissional na I Guerra Mundial, a utilização de deficientes físicos e sensoriais pela Ford, nos EUA (como estratégia para promover o parcelamento dos processos de produção), os primórdios da institucionalização dessa estratégia no Brasil até chegar a sua utilização como política pública durante a ditadura.

Embora ressalte o viés humanitário da reabilitação profissional, a autora ressalta que “tratava-se de uma política pública funcional para o desenvolvimento capitalista e para o erário público, ao devolver para o mercado a força de trabalho depauperada pelo processo produtivo” (p. 303). O cálculo era predominantemente econômico: protelar a aposentadora, propiciar a interrupção do pagamento do auxílio-acidente, devolvendo o reabilitado ao mercado, entregue a sua própria sorte.

O último capítulo é um estudo de caso sobre o funcionamento do Centro de Reabilitação de João Pessoa (CRP-JP), que funcionou desde 1979 até fins da década de 1990 na capital da Paraíba. Exemplo de uma estrutura de reabilitação que foi implantada em todo o país, o CRP-JP tem suas rotinas e usuários examinados através de uma série de documentos administrativos, relatórios e registros – aliás, merecia bem mais que uma nota de rodapé a narrativa da autora sobre as dificuldades enfrentadas no exame dessa documentação, guardada em condições insalubres, bem como seu posterior transporte para diversos galpões, tornando o que já era ruim muito pior, com iminente risco de perda de um material riquíssimo. Nesse capítulo, o leitor tem a possibilidade de conhecer as rotinas do CRP-JP por meio de uma série de gráficos e tabelas que esmiúçam as características do atendimento prestado, além de narrativas esparsas de casos obtidas junto aos prontuários, transformando todo o quadro institucional pintado até aqui em dramas humanos comoventes.

É impressionante a carga de dados apresentada na obra, que desde já é, sem dúvida, uma pesquisa de referência não apenas em relação aos diversos temas relacionados à saúde

dos trabalhadores e ao processo de trabalho quanto também sobre a história do trabalho durante a ditadura. Como já dito, a opção teórica da autora privilegia a investigação da exploração dos operários, porém pouco analisa a própria leitura deles sobre sua experiência em si (que a historiografia já demonstrou ser, muitas vezes, contraditória). Nesse aspecto, a pesquisa distancia-se, de certa forma, da atual produção historiográfica sobre a Justiça do Trabalho e sobre as legislações do período escravista no Brasil, que tendem, a partir de uma leitura inspirada em E. P. Thompson, a compreender o Direito como campo de lutas, no qual a manutenção da hegemonia capitalista convive com a sua própria limitação. Essa não é a visão predominante de Ana Beatriz, porém, o que impõe uma perspectiva diferente em sua análise, privilegiando a exploração à resistência. Porém, lida a contrapelo, pode nos revelar as importantes transformações (para pior) na experiência de ser trabalhador nos anos 1960 e 1970.

Sem dúvida, a obra é uma grande contribuição para o estudo da ditadura militar, tão necessária hoje em que vicejam nos governantes as tentativas de revisionismo primário das características autoritárias daquele período. Além disso, abre caminho para novos estudos referentes a acidentes de trabalho neste país em que ser operário é risco de vida.

Recebido em 05/02/2020

Aprovado em 10/02/2020